

DIA 19 DE DEZEMBRO

Assembléia das Comissões

Final de ano. É hora de refletir, avaliar e também planejar um novo ano de trabalho.

Todas as Comissões Diocesanas estão convidadas.

Local: SEMINÁRIO PAULO VI

Hora: 08 às 13 horas

CAMINHANDO



INFORMATIVO DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

ANO I — Nº 12 — DEZEMBRO DE 1987



Natal hoje: nosso povo busca o Deus libertador.

NOVA MESQUITA NO REGIONAL I

O Conselho Regional II (Prata, Jelford Roxo, Piam, Cruzeiro do Sul, Heliópolis, Jardim Gláucia, Santa Maria e Lote XV), em sua última reunião do ano planejou o trabalho pastoral de 1988.

Entre as prioridades apresentadas, optaram como tarefa regional, para o próximo ano: *Família e Círculos Bíblicos*. O Regional se dedicará também a aprofundar o tema "Igreja Católica e Associações de Moradores".

Sebastião Cosme, Coordenador da Região II, aproveita para agradecer o apoio das paróquias do regional. Deseja a todos um *FELIZ NATAL!* E convoca as comunidades para estarem firmes na caminhada, ano que vem.

REGIONAL 2 PREPARADOS PARA ENFRENTAR 88

Depois de consultar os regionais 1 e 4, o Conselho Presbiteral aprovou a transferência da paróquia de São José Operário, de Nova Mesquita, que passa da Região IV para a Região I.

Nova Mesquita já havia participado do Regional I. Mudanças nos regionais, há alguns anos, fez com que optassem pelo Regional IV. Da Região IV participam a paróquia de Edson Passos, as 2 paróquias de Nilópolis e as 2 de Olinda.

Agora Nova Mesquita vem se juntar a Mesquita, K-11, Catedral, São Jorge, Santa Eugênia, Califórnia, Rocha Sobrinho e aos curados de Jacutinga e BNH. Aumenta a Região I e diminui o Regional 4, que passa a contar apenas com as paróquias do Município de Nilópolis.

Não vou reportar a ordenação sacerdotal do Ailton, na Catedral de Nova Iguaçu. Tem coisa que não dá para descrever. Nossos níveis profundos são irreportáveis e a própria fotografia só capta a exterioridade. E de forma bem estática. Na celebração eclesiástica daquela sexta-feira à noite, atingiram-se níveis bem mais profundos e essenciais do que a mera preocupação jornalística. Foi um daqueles raros momentos de harmoniosa convergência entre tudo o que possuímos de mais puro, de mais parecido ao modelo original de felicidade, segundo o qual nos ensinam que fomos criados.

A pessoa foi criada com níveis diferentes de possibilidades existenciais. Níveis mais superficiais e níveis mais profundos. Na busca da alegria ou, se quiserem, da felicidade, atravessamos momentos de vibração, os quais curtimos através das atitudes apropriadas: cantamos, dançamos, assoviamos, batemos palmas. Saímos do esconderijo de nós mesmos, porque perdemos o medo, no sentimento de sermos irmãos. Pois bem, tais atitudes não apenas se intensificam mas mudam de essência, quando produzidas pelo nível profundo da religiosidade.

Aí, tendência e necessidade da alegria bate à porta de sua própria fonte.

Plantamos as raízes de sua alegria nas terras divinas do seu nível religioso, o ser humano faz caminhada de volta, que o aproxima à humanidade original, pura e feliz como saiu das mãos do Criador, naquela manhã do sexto dia. Um destes momentos de graça foi intensamente vivido na Catedral de Nova Iguaçu, durante a ordenação sacerdotal do negro Ailton. Ailton negro e pobre, descendente de escravos. Tudo o que nossa Igreja tem de melhor, mais forte e poderoso reuniu-se, em seu máximo esplendor, por causa e em função do Ailton pobre e negro, alçado agora ao trono do qual os poderes foram, em sua cegueira, derrubados.

O Ailton pobre e negro, agora glorificado em sua ordenação para o serviço ao Povo de Deus, confirma profundas intuições. Não é o grande que liberta o pequeno. Não é a burocacia eclesiástica que vai libertar o Povo de Deus. Não são os códigos formais que abrirão as portas para o Povo de Deus passar. Passos à frente serão dados, se o Povo oprimido de Deus der passos à frente. Na liturgia e nas celebrações, serão conquistados espaços, se o Povo ini-

bido de Deus, em sua criatividade e inocência, atropelar os formalismos bem comportados e estéreis, afim de fazer valer sua espontaneidade e a riqueza de seus sentimentos, de sua música, de sua dança. Nessa hora, não são os profissionais da religião, mas o Povo santo de Deus que diz presente!

O acontecimento eclesiástico da ordenação do Ailton traz muitos recados a nós, burocratas religiosos. Lembra a imensa responsabilidade da Igreja oficial, quando ela impede que passos libertadores sejam dados; que a liturgia seja expressão da alma do povo; que a alegria espontânea, abrindo as portas do melhor de nós mesmos, seja impedida de comparecer à festa, pela presença impiedosa dos ritualismos formalistas. Estes têm mais a ver com manutenção de poderes e menos com povo oprimido celebrando a liberação.

Não entendo como a administração central de nossa Igreja não percebe isso, não vê o pecado que estamos cometendo: por causa de formalismos autoritários, impedimos que o Povo espoliado de Deus tenha acesso ao serviço libertador de mistérios, menos dificultados pela ânsia insensata de patrulhamento em cima do Espírito. (FLT)

Acampados de Morro Agudo

sofrem violência policial

No Brasil todo, multiplicam-se aceleradamente os casos de ocupações rurais e urbanas.

Em Nova Iguaçu, acontece mais um mutirão para ocupação da terra para morar. Foi no começo de novembro. Cerca de 100 famílias ocuparam terras em Morro Agudo.

Na proximidade de dois outros mutirões vitoriosos e estabelecidos: Jardim Iguaçu e Metropolitano.

Mas, "alegria de pobre dura pouco". Policiais militares e homens em trajes civis, invadiram o acampamento. Puseram abaixo tudo o que havia sido construído.

Espancaram com violência quem ousou questionar a invasão. Quatro pessoas foram presas.

Um dos acampados contou que dormia, juntamente com a mãe e a irmã, quando os policiais chegaram,

ram, obrigando-os a sair e, em seguida, derrubaram o barraco, feito de madeira e coberto de plástico, e jogaram seus pertences na fogueira.

As famílias estão apavoradas. Continuam a sofrer pressões e ameaças de policiais e desconhecidos ligados ao suposto dono das terras. De madrugada, muitos carros rondam a área.

O irmão-bispo D. Adriano: 21 anos servindo à Baixada

Funcionários e seus familiares, agentes de Pastoral, padres, freiras, seminaristas e amigos de D. Adriano celebraram, no sítio de Tinguá, os 21 anos da chegada do irmão-bispo à Diocese de Nova Iguaçu. O churrasco de confraternização reuniu cerca de 250 pessoas. Foi um momento de encontro e de descontração, onde se comemorou também os 82 anos de vida de Monsenhor Arthur, vigário da Paróquia de São Sebastião, em Olinda.

Depois do almoço, o bispo cortou o bolo comemorativo dos seus 21 anos de Diocese. Os funcionários do CEPAL ofereceram a ele, como presente uma estola. Emocionado, D. Adriano agradeceu a homenagem.

SUA CHEGADA, UMA BENÇÃO PARA O Povo

Dom Adriano chegou à nossa Diocese, em 6 de novembro de 1966. Nomeado pelo Papa Paulo VI como 3º bispo de Nova Iguaçu, D. Adriano — que até então era

bispo auxiliar de Salvador, na Bahia — encontrou, em sua chegada, uma Igreja que não se preocupava muito com as condições em que o povo vivia. Uma Igreja fora da realidade, que falava bonito, mas de pouca ação.

A passagem de D. Adriano por nossa Diocese tem sido marcada por transformações: aumentaram o número de cônjuges, desmobilizadas, nas reuniões, o Evangelho ilumina os problemas de cada dia, eleições democráticas têm marcado as mudanças de lideranças em Conselhos e Comissões, cresceu a participação dos leigos nos serviços e ministérios. As grandes decisões foram tomadas em Assembleias, onde a maioria dos participantes eram os cristãos engajados. E ultimamente, o 1º Sínodo Diocesano tenta repensar nossa transmissão de fé e propor caminhos pastorais que melhor atendam às necessidades do Povo de Deus presente na Baixada.

UMA MAIORIDADE FELIZ E SOFRIDA

O anúncio e a denúncia profética, assumida pela Diocese, custou a D. Adriano.

um seqüestro, com espancamento e ameaças de morte, em 22 de setembro de 1976. E em 20 de dezembro de 1979 uma bomba destruiu o sacrário da catedral e profanou a Santíssima Eucaristia.

Mas se a Igreja mudou com a chegada do bispo em Nova Iguaçu e com o comprometimento da Diocese com a causa do povo bom e sofrido da Baixada, o mesmo não aconteceu a nível político e social. Segundo D. Adriano "a situação da Baixada continua a mesma. Há falta de segurança". E "o momento político brasileiro é vergonhoso".

A FESTA CONTINUA

No próximo ano mais duas comemorações marcarão a vida de Dom Adriano e da Diocese. No dia 18 de janeiro, o bispo faz 70 anos e em fevereiro celebra o seu jubileu de prata episcopal.

Toda a Diocese se une em orações e se alegra com seu bispo. Desejando que o Senhor o proteja, guarde e o conserve como pastor, irmão é guia de nossa Diocese e do povo da Baixada.



D. Adriano: 21 anos servindo a Baixada.

Posseiros de Babi pedem ajuda

As 32 famílias que, há cerca de dois anos ocuparam uma vasta extensão de terras, na localidade de Babi, estão na iminência de serem despejadas.

As terras ficam próximas da antiga linha de trem "Maria Fumaça", que ia de Bel-ford Roxo à Xerém. Antes da ocupação essas terras serviam de lixeira. Aí os posseiros encontraram até restos de cadáveres humanos.

Ocupada a terra, apareceram logo os supostos proprietários. As famílias buscaram, então, auxílio de entidades que contribuíram com remédios, alimentos e material para construir as barracas. E os posseiros se revezavam na construção de barracas, da cozinha comunitária e no serviço de vigilância, impedindo assim que as barracas fossem destruídas.

Semanas atrás os posseiros foram comu-

nícados que a Ação de Despejo estava prestes a ser executada. Desde então, o clima no Mutirão rural de Babi é de apreensão. Tudo o que foi plantado está em ponto de colheita: mandioca, milho, banana, quiabo, feijão... Além disso, existem as casas, construídas com material fabricado pelo próprio movimento.

Os posseiros pediram ajuda à Diocese, através da Comissão Diocesana de Justiça e Paz. Procuraram auxílio do Estado na Secretaria de Assuntos Fundiários. E agora buscam apoio e a solidariedade, de todos os que compreendem como é importante possuir um pedacinho de chão para morar e para plantar.

Como Alexandre e Chicó — que se dízem donos das terras —, se mostraram dispostos a dialogar, é possível que se encontre uma solução que beneficie os companheiros de Babi.



Natal do Povo

- Natal do Povo de Deus:
- da criança abandonada que na esperança da acolhida estende a mão.
- do homem trabalhador que luta para ganhar o pão.
- da mulher de todas as classes que esperam por igualdade.
- do preto que, por causa da cor, é sempre marginalizado.
- do índio sem terra para plantar, sem saúde e sem lar.
- do mendigo esquecido, que todos passam sem olhar.
- da Reforma Agrária que todos esperam e precisam acreditar.
- de todos os que morreram, por causa da verdade.
- daqueles que se doam para o povo evangelizar.
- Enfim, Natal para todo o Povo de Deus, que no sofrimento aprendeu a amar.

(Maria da Conceição M. Pereira — Paróquia de Santa Maria — N. Iguaçu)

Ocupações de terra e justiça social

PALAVRA DO BISPO

Adriano, Bispo Diocesano

Em nossa Diocese, em nosso Estado do Rio de Janeiro, em todo o Brasil têm acontecido inúmeros casos de ocupações invasões de terras abandonadas, tanto do Governo como de particulares.

Por que acontecem as ocupações?

O motivo mais profundo é a insegurança social, é a crise econômica, e a recessão que tomou conta do Brasil nos últimos tempos. O Povo humilde dos assalariados, que recebem de um a dois salários-mínimos, vê-se obrigado a fazer funcionar seus humildes pacíficos instrumentos de defesa.

Que instrumentos são estes?

Muitos operários fazem bimestres em sábados e domingos, assumem horas-extras, vendem as férias. Em muitas famílias operários as mulheres assumem também toda espécie de trabalho para fortificarem o orçamento familiar. E não são raros os casos de colocarem também os filhos, em tenra idade, a fazer toda espécie de trabalhos.

Esses instrumentos não bastam para enfrentar os constantes aumentos de aluguel, de gêneros alimentícios, de serviços públicos de escola, de remédios, de roupas. Os aumentos salariais são sempre inferiores à taxa oficial de inflação, uma taxa média que não corresponde à realidade concreta do trabalhador assalariado. Por que, na fantasia criadora do pobre, ele procura descobrir outros instrumentos de compensação e de defesa.

Em nossa região muitíssimos operários vieram das zonas agrocolad do país: do Norte fluminense, do Espírito Santo, de Minas Gerais e, sobretudo, do Nordeste. Vieram tentar a sorte. Vieram atraídos pelas condições mais humanas de vida, que nunca encontraram no atraso feudal das regiões agrícolas. Como se tratava geralmente, de operários sem qualificação profissional, a maioria acaba na construção civil. Acontece a recessão, ao sabor das medidas improvisadas do Governo que nunca sabe muito bem o que quer: esses operários são jogados na rua da amargura. Moram nos bairros da periferia, do Grande Rio. E aqui vêm com olhos guilhos as muitas terras abandonadas, antigas fazendas de café ou laranjas, hoje entregues ao mato ou a algumas cabeças de gado. Terras que, sem cultura, causam enorme prejuízo à economia nacional. Que surpresa ver com os olhos gulosos de terra boa, e o coração oprimido pela miséria crescente se acendem de desejar ocupar a terra abandonada, seja de quem for, e pelo trabalho produtivo levar a fartura aonda só existia a carência?

O Povo humilde que ocupa áreas abandonadas, quer trabalhar, quer, pelo trabalho, sobreviver dignamente. Quer, pelo tamanho das terras abandonadas, fomentar a produção de gêneros alimentícios para si e para os outros. Quer, pelo casamento da semente com a terra, contribuir para o progresso do Brasil.

Contra estes irmãos nossos, homens e mulheres que ocupam terras abandonadas sem pesar nada ao Estado, justamente porque não querem pesar sobre a sociedade, cai, esmagador, o peso da propriedade privada, mal entendida, acionado pela Justiça ambiental, pela polícia acionada pela Justiça dos homens, e pelos gunços alugados ou forçados pelos grandes proprietários. Contra o irmão pequeno, com o qual se identifica Jesus Cristo (basta ler o capítulo 25 do Evangelho de S. Mateus), se aliam violentas solidariedades as elites do poder: Justiça, Polícia, proprietários, empresários, grandes jornais e revistas, televisão e rádio.

Se visitarmos uma dessas ocupações, logo no início, veremos no rosto sofrido destes irmãos e irmãs nossos, filhos do mesmo Pai, mas cidadãos de segunda ou terceira classe a alegria dos povos e a esperança dos profetas. Por que não ajudá-los na procura de uma solução justa e cristã? Humana e social?

EXPEDIENTE Caminhando

Uma publicação da Diocese de Nova Iguaçu — R. Capitão Chaves, 60 - CEP 26.220 — Nova Iguaçu — RJ

Equipe de Redação:

Jorge L. Soares
e Ademir Peçanha

Coordenador de Pastoral:
Pe. RENATO STORMACQ

Composto e Impresso na
oficinas da Gráfica e Edi-
Jornal de Hoje Ltda

Miguel Couto acolhe menores de rua

Igual à maioria das paróquias de nossa Diocese, a Paróquia de Miguel Couto se localiza em área de profundo abandono e pobreza. Entre as muitas crianças que lhe batiam à porta pedindo alimento, algumas se tornaram frequentes assíduas do almoço na creche Comunitária.

Veio a inquietação e a pergunta: *O que fazer por essas e outras crianças que ficam na rua catando papéis, latas, ferro-velho, pedindo esmolas e até roubando?*

Faltava uma pessoa que quisesse reunir essas crianças, que apreciam para almoçar e, com elas, intasse algo mais do que saciar-lhe a fome. Apareceu Rosângela, muito jovem ainda, mas disposta a organizar a turma.

PARTILHANDO OS DONS E OS BENS

No começo eram apenas 3 ou 4 crianças. Após uma acolhida e um tempo de diálogo para entrosamento, participavam do almoço. Em seguida eram encaminhados

para a escola. Outra tarefa era a de organizar o trabalho e o lazer.

A turma foi aumentando. Agora são 16 menores, com idade entre 10 e 14 anos. Oito deles participam diariamente. Os outros ainda estão num processo de vai-e-vem.

Às 8 horas da manhã começam as atividades. Após os primeiros cumprimentos, ajudam a varrer o quintal da creche. Tomam café e fazem, juntos, o programa do dia.

E lá vão eles, ganhando a rua, vendendo picolé e balas. Outros vão para a horta e, algumas vezes, catar latas e ferro-velho para vender.

O produto do trabalho de cada um é entregue à Rosângela, que, no final da semana, reparte entre todos.

Após os trabalhos, tomam banho e almoçam. Brincam um pouco e vão para a escola. À noite voltam para jantar e se despedir.

VIDA SOFRIDA, MAS CHEIA DE ESPERANÇAS

À noite e nos fins-de-semana, estes menores de rua ficam com a família. Para muitos deles, a mãe e os irmãos são as pessoas mais importantes. É para ajudar a mãe e os irmãos, que eles trabalham. Mas mostram-se profundamente revoltados contra o pai. Alguns chegam a chamar o pai de "vagabundo".

Os menores de rua de Miguel Couto, como tantas outras crianças, têm sonhos. O primeiro desejo de todos é ter uma casa bonita e uma profissão. Alguns até dizem que profissão querem ter: motociclista, cobrador, carpinteiro, cantor...

Segundo Irmã Maria, as estruturas para este serviço, por enquanto, são quase nenhuma. Disse-nos ela: "Estamos tentando ajuda de todos quanto sentirem que o trabalho com menores é alguma coisa que vale a pena, para o Brasil e para o mundo". E concluiu: "Sabemos que D. Adriano estava pensando num Centro Profissionalizante para Menores.



UDR decreta: Morte a Padres e Bispos

A União Democrática Ruralista (UDR), formada por grandes fazendeiros, com dois anos de existência, já se espalhou por 19 Estados brasileiros. São 132 regionais e 150 mil sócios.

Equipada com três aviões, a UDR está percorrendo o Brasil, convencendo os pequenos proprietários de que a Reforma Agrária trará prejuízo para eles. E os convoca a se associarem à entidade.

A UDR tem também seus representantes na Constituinte. São deputados e senadores, filiados ou simpatizantes das idéias desses latifundiários. Estes constituintes estão lá para garantir o direito de propriedade e impedir a Reforma Agrária. Segundo o fazendeiro Ronaldo Caiado, presidente da UDR, "Governo Democrático é aquele que faz o que 'nós' queremos e até impomos, e não o que nos quer ditar normas".

Além da guerra organizada contra a Reforma Agrária, a UDR decretou guerra contra a Igreja.

Uma nova tática foi pedir que as mulheres interrompam a missa e conteste o padre, toda vez em que se falar sobre problemas de terra na Igreja.

Por ordem da UDR há 45 padres e 12 bispos marcados para morrer, com nomes e endereços. No Estado de Goiás, pistoleiros já têm até tabela de preços: A vida de um sindicalista vale apenas 50 mil. Advogado ou freira militante morrem por 100 mil. E um padre, quando aparece alguém que se arrisca a matá-lo, morre por 300 mil. Um lavrador ou pessoa sem prestígio social, religioso ou político, é morta até por mil cruzados.

A UDR realiza leilões milionários, com o objetivo de angariar fundos para suas matanças e impedir a Reforma Agrária.

E se não bastasse há uma campanha, organizada por militares, contra as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o que é pior, apoiada por certos bispos e padres.

QUEM GOVERNA ESTE PAÍS

A Reunião Mensal de Pastoral, na 1ª terça-feira de novembro, no Centro de Formação, contou com a participação de Jorge Luiz Carrera, do Centro de Ação Comunitária (CEDAC). Na ocasião o jovem historiador, apresentou uma síntese da Conjuntura Brasileira, que repartiu com os leitores de "CINHANDO".

* O Brasil é a 8ª economia do mundo e o 3º exportador de armas. Mas não consegue resolver seus problemas por causa da Dívida Externa.

* O Governo que aí está não é de ninguém: Não é do povo, porque nasceu de acordo político com empresários, militares e latifundiários. E nem é de Partido nenhum.

* A Constituinte é conservadora. Mas a Comissão de Sistematização conseguiu alguns avanços na área social. Há grupos tentando derrubar no Plenário as conquistas feitas. Estão querendo invalidar todo o trabalho já realizado com novo substitutivo fruto, por políticos de centro.

* A questão do Parlamentarismo é, na verdade, uma luta por poder. A mudança no regime de Governo não visa o bem do povo. É fruto da ambição política.

* O Povo, por sua vez está se organizando: os Movimentos Populares, muito mais que os sindicatos.

* Os sindicalistas não conseguem reunir os trabalhadores, justamente num momento em que a situação da classe trabalhadora é uma das piores da história.

* O Movimento Popular, que antes só sabia denunciar, agora faz propostas: reivindica, exige, apresenta solução e até gerencia os projetos.

* Uma grande massa popular ainda está fora desse processo de união e organização popular. Só as chamadas "igrejas eletrônicas" já têm 10 milhões de seguidores, Financiadas com dinheiro americano, usam o nome de Deus para manter o povo na opressão.

* Mas há os que tentam bloquear a participação popular. Quando o ex-Presidente Figueiredo lança nota sobre o atual Governo, não está criticando Sarney. Está criticando e zombando da sociedade civil. Está dizendo que os militares são mais capazes de governar o Brasil, do que os civis. Procura, assim, fazer a população se desacreditar em si mesma.



SAIU NOS JORNAIS

Criança, a caminho da morte

O que existe, na verdade, é embuste para cobrir a tragédia da mortalidade infantil em nosso país que, dia a dia, cresce de maneira assustadora. Ninguém precisa ir ao Nordeste para ver a miséria.

Edmar Morel

Criança-esperança! O certo seria, criança a caminho da morte.

Mesmo que os resultados da campanha, sob os auspícios da Unicef, tenha relativo sucesso, representa uma gota d'água no oceano. A propalada assistência da Unesco aos povos subnutridos aparece como uma imensa obra social dos norte-americanos, quando, na verdade, os próprios brasileiros pagam os alimentos que recebem, inclusive, o leite do Fisi. O Brasil, em certa época, por não ter pago a cota de milhões de cruzeiros, foi ameaçado de ter suspensa a remessa do produto essencial à saúde da criança.

Tudo conspira contra a indefesa criança brasileira, o futuro da pátria...

As estatísticas apontam a fome como a principal causa da mortalidade infantil. Que pode um trabalhador, que ganha o miserável salário-mínimo de 2.600 cruzados, comprar de gêneros alimentícios para sua prole? Só o transporte leva 22%. O INPS fica com 8 1/2%. No campo assistencial à infância tudo serve para desonestade. O leite enviado pelos Estados Unidos, pago através do Fisi, é acompanhado de um comprimido de vitamina, que a maioria dos postos distribuidores no sertão vende à parte.

O médico Oscar Meira, do Pará, denunciou que várias crianças flageladas adquiriram a cegueira em virtude do consumo do leite sem o comprimido de vitamina.

Em plena campanha Criança-Esperança, o pediatra Jamal Wehba, da Escola Paulista de Medicina, durante o XXV Congresso Brasileiro de Pediatria, realizado em São Paulo, revelou que de 10 a 15 milhões de crianças morrem antes de atingir 5 anos de vida, sendo que 50% das mortes são causadas por diarréia, doença provocada por alimentos deteriorados e água sem nenhum tratamento. Os outros 50% são consequência da fome. São 5 milhões de crianças desnutridas.

A mortalidade infantil no Brasil cresce horizontalmente, enquanto o Brasil se orgulha de possuir obras faraônicas.

Não existe, na verdade, uma estatística que mostre exatamente o índice da mortalidade infantil em nosso país.

Fazendo uma cobertura jornalística no Norte, em 1964, durante uma seca, na cidade de Capistrano de Abreu, distante 120 quilômetros de Fortaleza, alarmado com os enterros de recém-nascidos, perguntei ao coveiro:

— Quantos anjinhos são enterrados por dia?

— De vinte para cima.

Nenhum sepultamento tinha o registro civil.

Na seca de 1964, senhoras da sociedade, sedentas de publicidade, organizaram um show para que cada família flagelada recebesse uma sacola com dez quilos de arroz, feijão, macarrão, leite e óleo, como se fosse possível estancar a fome com migalhas de alimentos. Lembrei-me de um diálogo que mantive em Iguatu num hospital, ao lado do médico Gouveia, com uma mãe esquelética:

— Quantos filhos?

— 11 e Deus levou nove.

Nenhuma campanha alcançará o objetivo de salvar a criança da morte certa se o mal não for atacado pela raiz. O bebê nasce sob os cuidados de uma parteira, de um modo geral, sem a mínima noção de higiene. Nasce e vive na sujeira. A mãe que não

tem leite alimenta o bebê com píra-mandioca. A água, quando tem, é tirada do poço que é o escoadouro do esgoto.

A Unesco fixou em 3,3 quilos o peso ideal para o recém-nascido; entretanto, 90% das crianças nascidas nas regiões rurais não pesam dois quilos.

A miséria não reside só nos sertões. São Paulo, o coração da economia do país, 60% da população não têm rede de esgoto. No Rio o problema é maior e mais grave: 72% da população não têm esgoto em suas favelas, com mais de 2 milhões de habitantes, falta o principal: a água.

Não mudou nada nesses últimos anos: a criança continua abandonada e morre de fome. Primeiro falta trabalho para o pai de família. Existem 5 milhões de desempregados. Falta tudo. Alimentos e profissionais médicos para atendimento e orientação às mães.

A demagogia oficial atinge as raízes da miséria, quando a TV anuncia que a mortalidade infantil está diminuindo graças ao plano social do governo. O que existe de verdade, é embuste para cobrir a tragédia da mortalidade infantil em nosso país, dia-a-dia, cresce de maneira assustadora. Ninguém precisa ir ao Nordeste para ver a miséria.

Na área interna da Associação Brasileira de Imprensa, no Centro do Rio, homens, mulheres e crianças comem o lixo do restaurante instalado no 11º andar. O episódio não é único. Quando as feiras-livres terminam, bandos de famintos arrastam tudo que podem — frutas e legumes estragados — e ali comem o lixo. Os órgãos autoritários da ONU, que recebem grandes parcelas de pagamento pelos alimentos “doados”, pouco ou nada fazem pela infância que nasce para morrer, um problema que aflige o mundo.

Milhões de brasileiros passam fome, pois o salário-mínimo é de 2.600 cruzados e não permitindo que a criança tome leite, coma carne, frutas e legumes.

• Um pediatra, salvo engano, Rinaldo Lamare, bradou:

— A criança, no século XX, no Brasil nasce para morrer.

(T. da Imprensa 15.10.87)

Impunidade de alto a baixo

“Para mim não dá mais”. Foi exatamente com esta frase que o promotor Raphael Cesário começou o documento em que pediu desligamento da comissão encarregada pela Procuradoria de Justiça de apurar os crimes ligados à contravenção. E com estas mesmas palavras ele abre o prefácio escrito para Avestruz, Água e Cocaína, do amigo Valério Meinel. A repetição procede. Os entraves que o trabalho da comissão encontrou pela frente, alguns deles inexplicáveis, fazem bem o clima do livro, em que a relação entre o crime e o bicho é mostrada às claras.

Também é por isso que o promotor Cesário é um dos debatedores, que, lado a lado com o ex-secretário Nilo Batista, com o jurista Virgílio Donnicci e o Capitão Sérgio Miranda, aquele do caso Para-Sar, vai discutir o tema “Crime e Impunidade”, que ocorrerá paralelo ao lançamento do livro, no Centro Cultural Mário Mendes.

Na contravenção em si, se nos limitarmos apenas ao jogo do bicho, Raphael não vê problema nenhum. “Seria até o caso de legalizar um jogo que já faz parte das tradições populares.” E em sua ligação com o crime organizado, como pode constatar nos mais de cem sequestros e homicídios levantados, pela comissão em que trabalhou, que a contravenção tem que ser duramente combatida, na opinião do promotor.

O problema para mim é muito mais grave. A certeza de impunidade nos traz essa onda de violência a que assistimos quase impotentes. A ligação do bicho com a droga, por exemplo, é daquelas coisas que todo mundo sabe, mas de que não se tem provas concretas. Agora eu pergunto: será que um Escadinha teria condições financeiras de trazer da Bolívia partidas de cocaína, financiar o refino em laboratórios daqui? De onde vem todo este dinheiro?

Por outro lado, ele depõe a

aquelés que conseguiram se dar bem, ganharam dinheiro, não importa como. Estes critérios, segundo Cesário, colocam o traficante no topo da lista, como figura até atraente às jovens de classe média que ultimamente vêm tomado conta do noticiário do jornal por seu envolvimento com bandidos. “E ainda por cima, têm aquela aura de enfrentar qualquer perigo, o que lhes dá um toque de romantismo”.

Tudo isso, para Raphael Cesário, tem ainda relação estreita com a crescente desmoralização da sociedade brasileira.

Acompanhamos tantos escândalos financeiros sem punição, em que, ao contrário, muitos responsáveis aparecem hoje como pessoas inteligentes e bem-sucedidas, que vivemos, como consequência, o modelo Gerson: gostamos de levantar vantagem em tudo. Acho que precisa ser encontrada uma solução urgente para tudo isso.

(T. da Imprensa, 27.10.87)

Filho da classe média tem medo de sair sozinho

“As crianças estão com fobia de saírem sozinhas” — alerta o psicanalista João Batista Ferreira, diante de um fenômeno recente verificado nos consultórios: o medo de assaltos. Segundo o psicanalista, tais crianças tendem a se tornar adultos desiludidos, pouco ousados na política, nas artes, no trabalho. Do outro lado da guerra das ruas, os pivetes geralmente têm raiva dos Mauricinhos, como chamam os meninos da classe média. Eles gostam de camisetas da Companhia de tênis All Star e enfrentam os adversários com facas. (JB 7.11.87)

Nossos militares

Desci no aeroporto dos "Confins" pensando em Jakson de Figueiredo, que não era nenhum esquerdistas, muito pelo contrário, talentoso líder da direita católica, que converteu Tristão de Athayde: — "Não há em nossa história figuras mais ridículas do que as dos nossos militares que se fazem políticos" (Políticos e militares") vocês devem estar se lembrando de Costa e Silva, Figueiredo. Infelizmente não foram só os dois, mas dezenas, centenas deles.

Ridículos e nefastos. Deram o golpe de 1964, tomaram o poder, fizeram o que quiseram do país em 20 anos e acabou nisso aí. A nação entalada numa terrível crise econômica, social, política e moral, da qual não conseguiu sair apesar de todas as esperanças, promessas e discursos da Nova República. Não se raspa em dois anos a lama acumulada de uma ditadura militar de duas décadas. Ainda há muito lodo para remover. (Tribuna da Imprensa 18.11.87) — S. Nery.

Fracassa mais uma tentativa de reduzir a inflação no Brasil. O índice oficial que mede a variação de preços superou os 9% em outubro e aponta para um percentual de dois dígitos para novembro. O mercado financeiro, que pode ser considerado o termômetro da economia, reitera estas expectativas e sinaliza o futuro com taxas de juros que atingem 1.000% ao ano.

O painel atual da economia não deixa dúvidas. Mais um plano econômico não deu certo. Diante desta evidência, o governo se desespera. E busca no que ainda não ocorreu (recuperação salarial) as causas do que já está ocorrendo (aceleração da inflação).

Este é o sentido do documento divulgado no final da semana passada pelo Ministério da Fazenda. Atribuir aos trabalhadores a responsabilidade pela desorganização de nossa economia. Ao mesmo tempo, o governo parece manter alguma esperança de reestabelecer o controle sobre os preços ao tentar impedir que os assalariados venham a obter reajustes que incluam a inflação de junho. E argumenta: "A busca redução da taxa de inflação ocorrida a partir de julho mais do que compensou a exclusão da inflação acima mencionada".

Uma vez que o próprio ministro da Fazenda admite que suprimiu o mês de junho dos cálculos dos reajustes salariais, não vemos necessidade de reafirmar nossas posições. Estas são compartilhadas inclusive pela Justiça do Trabalho, que tem julgado de forma favorável os recentes dissídios coletivos, concedendo a recuperação integral dos salários. Nossa preocupação neste artigo será a de comprovar as perdas salariais sofridas pelos trabalhadores, em virtude desta e de outras medidas, e justificar a procedência das atuais reivindicações do movimento sindical.

Primeiramente, cabe responder à tentativa feita no referido documento de desqualificar as informações sobre as perdas salariais fornecidas pelo Dieese, sob a argumentação de que estas "estimativas precipitadas" foram efetuadas levando em conta apenas a aplicação estrita da política salarial, desprezando os aumentos reais determinados pelo mercado em função do forte aquecimento econômico ocorrido no ano passado.

Decididamente não entendemos esta crítica, pois o que se pretendia com tais estimativas era justamente avaliar as perdas decorrentes da simples aplicação da política salarial do Plano Cruzado (gatilho de 20%

Diretor roubava SAIU NOS JORNAIS combustíveis de penitenciárias

Lemuel Santos de Santana, exonerado da direção da Penitenciária Muniz Sodré há dois dias, e o diretor da Divisão de Transportes do Desipe, Eliel Dias Pires, foram denunciados na Justiça por roubo de combustível, assim como três agentes penitenciários e um motorista. Só em maio foram desviados 7 mil 725 litros de gasolina, 2 mil 614 de álcool e 563 de óleo diesel. Um ex-diretor do Desipe, Valneide Serrão Vieira, descobriu o roubo, que era feito com o uso do número de placas de carros desativados. (JB 29.10.87)

O povo vai estourar

Estamos navegando em águas turvas e não acredito, sinceramente, que a esta altura as autoridades ditas constituidas possam evitar o que já está acontecendo no Brasil. Estamos mergulhados em um plano diabolicamente arquitetado para levar o país a uma convulsão social de consequências imprevisíveis, ou calcadamente previstas.

O país entrará num período de profundas reivindicações políticas e sociais tão violentas, até certo ponto aceitáveis que não vai ser possível frear sem um grande desgaste nas lonas de freio já tão gastas dos responsáveis atuais de manter a ordem neste país. Tenho convicção absoluta do que afirmo, será apenas uma questão de tempo. É só esperar. (Otacilio Vasconcelos Ribas — Rio de Janeiro. (JB Cartas 11.11.87)

A culpa não é dos salários

WALTER BARELLI E FÁBIA TUMA



num contexto de inflação explosiva) e do Plano Bresser (supressão da inflação de junho, parcelamento dos resíduos e aplicação das URPs). Se as perdas não foram tão grandes, como quer fazer crer o ministro Bresser Pereira, efetivamente não foi mérito do governo.

Os dados apresentados no documento do Ministério da Fazenda para avaliar a situação real do mercado de trabalho foram os índices de salários nominais da Fiesp deflacionados pelos índices de custo de vida da Fipe. Sobre o trabalho empírico desenvolvido a partir destas informações, nos limitaremos a levantar apenas duas críticas que são suficientes para questionar suas conclusões.

A primeira refere-se à série utilizada de salários nominais, que corresponde à massa total de salários pagos na indústria. O correto seria trabalhar-se com dados de salários médios, procedimento que excluiria os efeitos das oscilações do nível de emprego. Causa-nos perplexidade tamanho descuido no tratamento destas informações, principalmente quando se sabe que a fonte consulta da dispõe dos dados adequados.

A segunda diz respeito ao método de deflação que é usado para se chegar aos salários reais. Reafirmamos nossa opinião de que os salários referentes ao trabalho efetuado num mês é gasto no próprio mês. Seja porque grande parte dos trabalhadores da indústria e do comércio,

principalmente, recebem antecipações (vales) no meio do mês, seja porque seus gastos em cooperativas e supermercados conveniados com suas empresas são realizados ao longo do mês, a preços correntes, para desconto posterior em folha.

Na realidade, o trabalhador gasta antecipado o salário que ainda está para receber. Mesmo o pagamento do aluguel que hoje consome uma parcela expressiva de seus rendimentos e é efetuado, geralmente, assim que é recebido o restante do salário, corresponde ao mês que passou e não ao que virá. O mesmo raciocínio vale para os gastos efetuados com educação. O pouco que sobra, para o cigarro ou para o transporte do dia-a-dia, até o recebimento da próxima antecipação salarial não nos parece justificar a metodologia de deflacionar o salário nominal de um mês pelo índice de inflação do mês subsequente.

As informações sobre rendimentos médios mensais da população assalariada da Grande São Paulo fornecidas pela pesquisa realizada pelo convênio Seade-Dieese-Unicamp revelam uma realidade bastante distinta daquela apresentada no trabalho que ora comentamos. Logo após terem alcançado um crescimento de cerca de 11%, desde a decretação do Plano Cruzado em março de 86 até outubro de 86 (quando a inflação volta a acelerar), os salários sofrem uma queda vertiginosa.

Em agosto de 1987 a média salarial

Collor diz que Sarney envergonha o país

Os governadores reagiram com firmeza à declaração do presidente José Sarney de que a partir de agora quem optar por cinco anos será considerado inimigo. O mais veemente foi o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello.

— O Brasil não pode ser tratado por uma pessoa que não tem estatura para dirigir o país. Segundo Collor de Mello, "é uma vergonha estar num país em que um presidente age assim". (T. da Imprensa 13.11.87)

SALÁRIOS REAIS MÉDIOS

Meses	Salário Real (Em Cr\$ ago/87)	Índice de Salário Real (Base: média de 1985 = 100)
Janeiro/86	104,44	102,3
Fevereiro	103,95	95,0
Março	104,50	101,0
Abri	106,01	108,8
Maio	105,89	108,0
Junho	104,47	98,4
Julho	106,71	113,6
Agosto	106,79	114,1
Setembro	105,51	105,6
Outubro	106,55	112,5
Novembro	106,27	110,7
Dezembro	104,33	97,4
Janeiro/87	104,19	96,5
Fevereiro	103,44	91,3
Março	102,30	87,9
Abri	102,03	81,7
Maio	101,24	76,4
Junho	101,46	71,1
Julho	101,39	70,0
Agosto	101,36	70,4

Variações (%)

* Ago-87/Mar-86.....	30,3
* Ago-87/Ago-86.....	38,3
* Ago-87/Jul-87.....	0,5

Fonte: SEP - Convênio Seade/Dieese/Unicamp
Inflator Utilizado: ICV do Dieese

já se encontra reduzida a cerca de 70%, se comparada à média de 1985 ou mesmo aos níveis vigentes em março de 86, refletindo uma perda próxima de 30%. Se o salário real daquele mês for comparado com o mesmo do ano anterior a perda é ainda maior, chegando a 38%. Apesar na última variação mensal, de julho para agosto de 87, é que se nota um ligeiro crescimento de 0,5%.

Aí está a real situação do mercado de trabalho, incorporados inclusive os aumentos salariais que porventura tenham ocorrido. Não é estranho portanto, que os trabalhadores estejam reivindicando reajustes mínimos de 45% para recuperar o poder aquisitivo de seus salários. Mais estranha nos parece a insistência em se impor uma perda definitiva aos assalariados, quando mais uma vez demonstrada a ineficácia do arrocho salarial como instrumento de combate à inflação.

WALTER BARELLI, 49, economista, é diretor-técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos) e professor do Programa de Mestrado da PUC-SP.

FÁBIA TUMA, 30, economista, mestra pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

(F. de São Paulo 1.11.87)

Crime e impunidade

Valério Meinel

Não se pode mais aceitar a definição romântica de que o jogo do bicho é apenas um traço cultural do nosso povo. Justamente sob esse disfarce age o crime organizado. Mais do que cinematográfico, o furto de um processo do tribunal de júri, em que poderoso banqueiro-de-bicho era acusado de homicídio, para ser queimado em uma bandeja de prata, em um bar no Recreio dos Bandeirantes, durante uma festiva reunião de contraventores, tem a marca indeleável da impunidade. Refeito o processo, com a lentidão característica de nossa Justiça realmente cega e sem recursos, perdidas provas importantes e desaparecidas testemunhas que antes haviam prestado depoimento, o réu-contraventor foi absolvido.

Há menos de dez anos um juiz disse em entrevista que a última conquista tecnológica da Justiça era a máquina de escrever. E praticamente nada se alterou em quase uma década. Ainda hoje nas varas criminais, de família e cíveis os processos são costurados, abertos e novamente recosturados à medida que as partes juntam documentos aos autos.

Mas o emperramento burocrático da Justiça é mero detalhe na impunidade que, efetivamente, vem se convertendo - mais do que o jogo do bicho - em traço característico deste país. Uma impunidade que grassa à sombra da corrupção policial e da própria Justiça; do tráfico de interesses e de acordo com os desejos dos que manipulam o poder.

O repórter que há cerca de dois anos denunciou em um vespertino do Rio de Janeiro a existência de um cassino de propriedade de um poderoso contraventor deste estado, foi humilhado e coagido pelo próprio juiz encarregado do processo no momento da tomada do depoimento da importante testemunha.

Não faz mais sentido, hoje, perguntar-se onde estão os assassinos de Cláudia Lessin, de Araceli, ou de Mônica Granizo. Sabe-se que passados tantos anos desses crimes, eles ainda não foram julgados. Porque são poderosos e de famílias ricas e influentes. Como também se sabe que os porteiros de um edifício que sequestraram Denise foram julgados e exemplarmente punidos - porque eram pobres.

Hoje importa mais perguntar pela impunidade do crime organizado. Se os contraventores do passado tinham a preocupação de acobertar o jogo do bicho com alguma outra atividade, os bicheiros do presente, ao contrário, valem-se da contravenção para encobrir atividades criminosas realmente dolorosas, como o contrabando, o tráfico de drogas e a exploração de jogos de azar como o videopôquer.

E em que processo foram punidos?

Pouco se pode esperar de uma assembleia constituinte em uma nova república que convive com um dos maiores abertos da ditadura - a Lei Fleury, que continua a garantir aos ricos e poderosos o direito de aguardarem seus julgamentos em liberdade - e de em liberdade recorrerem da sentença condenatória, rara - sempre que forem primários. Uma lei que só protege os ricos. O pobre é primário porque só tem o curso primário - quando consegue concluir o primeiro grau. Nossas cadeias e penitenciárias estão en-

SAIU NOS JORNAIS

Padre da UDR continua a pregação

Desta vez a coisa virou bate-boca: até ruralista o considera reacionário

Ricardo Kotscho

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP) — De batina cinza até os calcanhares, como há muito tempo não se via mais, o padre Eduardo Rebouças de Carvalho, 75 anos, mais conhecido como "o padre da UDR", acabara de fazer mais uma pregação em defesa da propriedade, quando um homem sentado na cerca do curral da Fazenda das Irmãzinhas — uma propriedade de 30 alqueires das Irmãs de Maria Imaculada, arrendada à Cooperativa dos Pecuaristas de São José dos Campos — pediu a palavra.

Os cerca de 100 fazendeiros presentes a mais um "Dia de Campo" — promoção da regional da UDR no Vale do Paraíba para ensinar a fazer "cerca elástica" e conhecer o padre amigo — não puderam acreditar no que ouviram e quase engasgaram, mal dando tempo de tirar o espeto de churrasco da boca.

— Eu não sou comunista — foi logo falando o homem. — Sou brasileiro, acima de tudo, e não posso ficar em silêncio ouvindo essas coisas, quando sabemos que 90% da população da América Latina vivem em condições sub-humanas e a maioria do nosso povo passa fome.

O que era apenas mais uma festa de confraternização da UDR regada a cerveja gelada e com muita carne macia acabou se transformando num acalorado bate-boca como se, de repente, o plenário da Comissão de Sistematização da Constituinte tivesse sido transferido para essa fazenda, na estrada vicinal que liga São José dos Campos a Jacareí, a menos de 80 quilômetros de São Paulo.

— Marajá, Marajá! — protestaram em coro os outros comensais, à medida que o homem se entusiasmava com seu discurso a favor dos trabalhadores oprimidos, "aos quais nós pagamos um salário de fome, e isso ninguém pode negar".

O homem xingado era Roberto Vilela, 54 anos, alto funcionário aposentado da Petrobrás, que recebe CZ\$ 120 mil por mês e é dono de uma propriedade rural de 15 alqueires em São José dos Campos.

tulhadas de homens e mulheres que pertencem em sua totalidade às camadas mais pobres da população. E nesta massa carcerária, o maior percentual é de negros.

Talvez porque a Justiça seja cega e não consiga ver onde estão os criminosos ricos e brancos.

Este estado de imoralidade, de corrupção institucional, é facilmente comprovado todos os anos, quando respeitáveis juízes de direito se permitem assistir aos desfiles das escolas de samba instalados em camarotes comprados a peso de ouro por poderosos contraventores do jogo do bicho. Que isenção terão esses juízes, para condenar, mais tarde, o bicheiro anfitrião - se é que algum dia este contraventor irá sentar-se no banco dos réus?

Há menos de um mês o Secretário de Segurança de Minas Gerais rompeu um acordo feito com os bicheiros do seu estado e que permitia a exploração do jogo em troca de recursos financeiros para obras sociais. O secretário de Segurança de Minas Gerais passou a perseguir a contravenção, ao tomar conhecimento de que os contraventores do seu estado estavam se associando a banqueiros do bicho do Rio de Janeiro. A autoridade justificou sua atitude, afirmando: "Não vou tolerar aqui o crime organizado."

E o padre não é um padre qualquer: ao se apresentar, vai logo informando que foi colega de Dom Agnelo Rossi — "o terceiro homem da Igreja na hierarquia do Vaticano, depois do papa" — na primeira turma do Pontifício Colégio Pio Brasileiro de Roma, em 1934. Ex-diretor arquidiocesano de ensino religioso da capital paulista, em 1944, e vigário de Barra do Piraí, no Estado do Rio, o "padre da UDR" não se fez de rogado quando Vilela contestou sua pregação. E o diálogo que se seguiu é típico do Brasil da Nova República.

Padre — Você já falou, agora me deixa falar.

Vilela — Espera aí. Eu faço parte das equipes de Nossa Senhora e estive recentemente na Europa, onde as Irmãzinhas com quem me encontrei me falaram da miséria em que vivem os trabalhadores brasileiros...

— Devem ser as Irmãzinhas do Politburo... — retruca Ana Maria Ferreira Leite Pinto, a primeira mulher dirigente da UDR no país, que preside a regional do Vale do Paraíba.

Fazendo sinais de *deixa para lá* com as mãos, padre Rebouças caminhou em direção a Vilela de dedo em riste.

Padre — Escuta aqui, eu só quero saber qual é a solução que o senhor me apresenta. Não adianta nada eu dar as coisas que tenho para os pobres, porque serei apenas mais um pobre. Sou filho e neto de fazendeiros, conheço a luta dessa gente.

Vilela — O problema é que vocês da UDR, pelo que o senhor falou, estão lutando para manter a situação injusta que está aí.

Padre — A UDR não defende a propriedade, mas o produtor rural, e o senhor tem que entender que tem muitos comunistas agindo nesse setor e nós temos um governo corrupto.

Vilela — Mas o senhor sabe que o pobre é injustiçado no nosso país e vocês não fazem nada contra isso.

Padre — A injustiça contra o pobre é grave, mas contra o rico também. Por acaso, agora o crime ser rico? Minha empregada, que está comigo há 32 anos, ganha CZ\$ 4 mil por mês. É fácil distribuir por aí dinheiro dos outros, como fazem esses padres progressistas. Mas eu já criei 13 crianças, que não são parentes, com meus próprios recursos.

Vilela — Tudo bem, mas Deus quando fez o mundo não repartiu a terra do jeito que está dando muito para uns poucos e nada para a maioria do povo, como nós estamos vendo hoje no Brasil.

Padre — O senhor por acaso estava lá quando Deus fez o mundo? Então, como é que fala? O senhor por acaso é proprietário rural?

Vilela — Eu sou, mas...

— Mas não produz nada — aparta novamente Ana Maria, já perdendo a paciência. — Você é um marajá que tirava 300 litros de leite por dia e acabou com a criação porque achou que não dava dinheiro. Vou indicar sua propriedade ao governo para fins de desapropriação porque é improdutiva.

— Fala aí quanto você ganha da Petrobrás seu marajá, mentiroso — desafia Antônio Gonçalves Oliveira Filho, economista e herdeiro tradicional pecuarista da região. Ao ouvir a resposta de Vilela, dizendo que ganha CZ\$ 120 mil por mês, ele não se conforma, sai gritando: — Aqui ninguém ganha isso e nós somos chamados de latifundiários. Minha fazenda este mês teve uma renda bruta de CZ\$ 160 mil e não tiro 5% disso. Faz as contas, seu marajá.

Diante do quiproquo, o churrasco acaba antes da hora e padre Rebouças se retira, indignado com o bate-boca:

— Deixa ele para lá.

E sai caminhando ligeiro em direção à residência das Irmãzinhas, que o esperam com uma mesa de legumes e verduras: ele é vegetariano.

(JB 29.10.87)

É a avacalhação total?

Está na hora de o presidente José Sarney provar que governa o país e que no Brasil existe lei. O acaso pode permitir ao presidente demonstrar que as multinacionais também podem ser atingidas pelo braço da legislação, que não vale, por exemplo, para que os automóveis

fabricados pela Autolatina tenham as mesmas especificações de segurança dos exportados para os Estados Unidos e Europa. A Ford e a Volkswagen colocam no mercado brasileiro carros que não passam nos testes mais rudimentares fora do país. Agora, um cidadão alemão desafia todo um governo e as leis de um país como se estivéssemos na Idade Média. Volta para Berlim, Wolfgang Sauer, e tenta enfrentar os teus concorrentes. O sorriso de confiança estampado ontem, na primeira página de 'O Globo', em telefoto da própria Autolatina, mostra que Sauer tem aliados muito

poderosos no front interno. Mas, a posição dos governadores de cinco dos estados mais importantes da Federação em não aceitar as normas ditadas pela

multinacional somada à decisão do ministro Bresser de romper o cartel e abrir o mercado automobilístico para indústrias japonesas mostra que pode existir uma luz no fim do túnel, que hoje mais parece uma locomotiva em sentido contrário. Ou Sarney dá o murro agora ou não terá condições nem de conseguir um cafezinho na copa do Palácio. (T. da Imprensa 11.11.87)